

MARIA FIRMINA DOS REIS E A POESIA QUILOMBOLA: VOZES DA RESISTÊNCIA

Patrícia Karla Morais¹
Eliane Cristina Testa²
Walace Rodrigues³

Resumo

Este artigo apresenta aspectos da obra de Maria Firmina dos Reis e da poesia quilombola, no propósito de discutir as vozes da resistência, que vão de encontro aos silenciamentos, por meio de estereótipos da mulher negra. Ser mulher e negra, em uma sociedade marcada pelos rastros do racismo e da subalternidade, não é fácil, e lutar contra essa realidade, que por séculos foi tida como aceitável, não é caminho para o entendimento de todas e todos, dessa forma, lutamos através dessas vozes, para o enfrentamento dos silenciamentos e por um novo olhar para as vozes de resistência, que lutam por um espaço na sociedade.

Palavras-chave: Mulher Negra; Poesia Quilombola; Resistência; Úrsula; Maria Firmina dos Reis.

MARIA FIRMINA DOS REIS THE AND QUILOMBOLA POETRY: RESISTANCE VOICES

Abstract

This article presents aspects of Maria Firmina dos Reis' work and quilombola poetry, in order to discuss the voices of resistance, which go against silences, through stereotypes of black women. Being a woman and a black woman, in a society marked by the traces of racism and subordination, is not easy, and fighting against this reality, which for centuries has been considered acceptable, is not the way to understand everyone, in this way, we fight through these voices, to face the silencing and for a new look at the voices of resistance, who fight for a space in society.

Keywords: Black Woman; Poesy; Quilombola; Resistance; Úrsula; Maria Firmina dos Reis.

1 - INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins. Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas – UNITINS. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1554-4329>. E-mail: patriciapkm@hotmail.com

² Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC/SP – 2015), Mestrado em Letras pela (UEL/PR – 2002). Atualmente é professora de Literatura Portuguesa do Curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Câmpus de Araguaína, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL/UFT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/UFT). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0863-4297>. E-mail: poetisalia@gmail.com

³ Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). ORCID <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203>. E-mail: walace@uft.edu.br

Eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou (KILOMBA, 2019, p. 28).

Este texto apresenta questões voltadas à mulher negra escritora, que, ainda, hoje, luta pelo reconhecimento de suas produções literárias (e, diga-se de passagem, não são poucas). Por isso, este trabalho buscar analisar e apontar alguns traços das produções literárias de mulheres negras, para compreendermos os processos de exclusão ou de construção de diferentes estereótipos, que, aliás, atualmente, devem ser esquecidos e/ou superados.

De início, destacamos a obra “Úrsula”, de Maria Firmino dos Reis, que, em sua primeira edição, em 1859, foi identificada apenas com o pseudônimo “uma maranhense”. Essa obra é considerada o primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil e expõe uma visão bastante à frente de seu tempo ou “progressista” (para o Brasil do período escravocrata), em que o negro (principalmente, representado pelo personagem Túlio) e a negra (na personagem da mãe Susana) são construídos sob uma ótica da positividade e da força da ancestralidade. Além disso, a “mãe Susana” (re)constrói o processo diaspórico do tipo pré-transnacional, que, segundo Thomas Bonnici (2012),

se refere ao fenômeno de **deslocamento de várias populações, como a migração forçada de onze milhões de africanos para terras americanas entre os séculos 16 e 19**; a migração forçada de povos indígenas americanos para outras regiões no mesmo continente, por causa da escravidão, reduções jesuíticas e sobrevivências; a migração sob o contrato de povos asiáticos e, até certo ponto, de europeus, para o Caribe e para vários países da América (BONNICI, 2012, p. 59) [grifos nossos].

Essa “migração forçada” (de que nos fala o autor) aparece nos discursos de mãe Susana, que, sobretudo, confirmam certo “mito” antigo da sua terra e da história de seus antepassados, circunscrevendo, assim, um tipo de “idealização” da terra e dos seus ancestrais. Por isso, a personagem “mãe Susana” nos fala de uma noção de “liberdade” e da sua vontade de voltar à África (externando o seu desejo de retornar à sua cultura ancestral). Tudo isso implica cultura, tradição e ancestralidade, produzindo, de algum modo, forças regeneradoras e mecanismos de resistência, bem como meios de recuperação de vozes silenciadas (ou invisibilizadas) no processo da escravidão.

Também, vemos, no romance “Úrsula” (1859), uma pluralidade de vozes e a presença de um narrador de voz “feminina” (ou que se enuncia discursivamente como mulher). De acordo com

Algemira de Macêdo Mendes (2016, p. 91), “percebemos, também, que o narrador faz explicitamente declaração de que é uma mulher e que possuiu muitas leituras [...]”. Desse modo, podemos dizer que os discursos extra diegéticos (ou do narrador dentro do tecido intratextual) balizam a ruptura de alguns estereótipos da negra e do negro, além de ele implicar diferentes críticas de contextos socioculturais e políticos do universo extra narrativo ou extratextual, lembrando que a literatura se pauta também em questões sociais e ideológicas, pois, como nos alerta Antonio Candido (1975, p. 3), “[...] a análise estética precede considerações de outra ordem”. Por isso, texto e contexto fundem-se na interpretação de uma obra, pois fatores sociais e psíquicos podem ser considerados agentes da sua estrutura narrativa também.

A esse respeito, Mendes (2016) explicita que:

A literatura do século XIX, produzida ainda sob a vigência do período escravocrata, silencia sobre o negro que, quando não omitido, aparece somente destacado por características estereotipadas: sensualidade, luxúrias, comportamento bestial ou servil, ou então é apresentado com sentimento de piedade e comiseração diante da situação do cativo (MENDES, 2016, p. 99).

Desse modo, a obra *Firmina*, além de evidenciar um tom de denúncia (de modo especial, posto pelos discursos antiescravagistas ou de violências/opressões vividas por negras e negros), pode ser considerada uma representação do feminismo negro, pois, a obra acaba por romper com muitos estereótipos construídos socialmente, em relação às negras e aos negros. Além disso, a personagem mãe Susana pode ser a representação ou “[...] uma espécie de *alter ego* da romancista” (Charles Martins apud Mendes, 2016, p. 1001). O que leva-nos à conclusão de que Maria Firmina dos Reis escreve uma obra cabedal e introdutória da contribuição da mulher negra à cultura brasileira, especialmente, se compreendermos a literatura, como afirma Regina Dalcastagnè (2017, p. 234), como um “[e]spaço onde se constroem e se validam representações do mundo social [...]”. Assim, a obra coaduna com as nossas reações na “realidade” ou em perspectivas sociais, ora reforçando e/ou legitimando discursos racistas, ora (a depender das possibilidades das articulações discursivas) antirracistas.

Certamente, não podemos afirmar que o romance “*Úrsula*” (1859) é o precursor da ficção da literatura nacional, pois, existem muitas discussões da crítica especializada em torno disso. Todavia, não podemos descartar o fato de ser a sua autora mulher e negra, fato que a deixará, por um longo tempo, invisibilizada no sistema literário nacional ou no cânone brasileiro. Como afirma Mendes (2016), “o livro, por ter sido publicado distante do centro cultural, da Corte e por ser de

uma mulher negra, não teve grande repercussão nacional” (MENDES, 2016, p. 100). Diante do que explicita a autora, vemos uma perspectivação de questões de gênero, de raça e de classe. Maria Firmina dos Reis (hoje e à época) parece buscar uma saída para “o perigo de uma história única” (para usarmos a expressão de Chimamanda Ngozi Adichie⁴), o que mantém a essa mulher negra escritora uma postura (ou um caráter) à frente de seu tempo, perceptível, principalmente, pela expressiva elevação moral e humana. Por isso, podemos ler/ver outras histórias da literatura, como ressalta Mendes (2016, p. 154), poderíamos dizer: “Em vez de história da literatura, **histórias** da literatura” [grifo nosso].

Neste contexto, é importante engendrar discussões e reflexões a respeito da mulher negra escritora do ponto de vista das práticas e produções literárias, principalmente, a partir da ideia de resistência e de desconstruções dos silenciamentos, pois, como afirma Dalcastagnè (2017, p. 236), “[...] a diversidade na narrativa, além da importância estética, possui uma importância política”. Assim, urge a necessidade de se fazer “falar” e “ouvir” sobre os grupos subalternos, numa estratégia de reconhecimento de que vivemos em um país marcado pela diversidade, e que a literatura não pode ser “apenas” um espaço de privilégios de alguns ou de grupos não marginalizados.

Em busca de alcançarmos tal intento, o presente artigo está dividido em duas seções, a saber: (i) A desconstrução dos silenciamentos; (ii) A poesia quilombola pelo olhar da mulher negra.

Dada à natureza deste texto, destacamos ainda que não pretendemos esgotar este tema, principalmente, por sua complexidade de expansão e de potência em diferentes frentes e/ou perspectivas críticas, que este trabalho possa trazer algumas luzes à questões que implicam e circunscrevem o fenômeno literário por intermédio da escrita de mulheres negras. Por isso, desejamos que este artigo possa contribuir para o(s) não(s) silenciamentos(s) de tantas escritoras negras.

2 - A DESCONSTRUÇÃO DOS SILENCIAMENTOS

À guisa de breves considerações, tomemos alguns exemplos de como o negro era retratado na literatura. Segundo Muzart (2011, p. 177), “no século XIX, a imagem do negro na literatura

⁴ “O perigo de uma história única é uma adaptação da primeira palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie, no TED Talk, em 2009” (ADICHIE, 2019, p. 7).

sempre foi a do escravo, maltratado, submisso ou louco.” Ainda, para Cortazzo (2011, p. 139), “a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor.” Destarte, não é necessário irmos muito longe para compreendermos qual o papel do negro ou da negra na literatura, que era vigente no Brasil colonial pautado em uma sociedade escravocrata, a qual só entendia o negro como inferior e incapaz.

Dessa forma, essa visão de inferioridade deixará marcas e cicatrizes profundas em seus lugares históricos e sociais, levando-os, muitas vezes, a diferentes silenciamentos e apagamentos, seja na produção literária, seja nas demais produções artísticas. Como afirma Bonnici (2012, p. 17), “[...] as raízes do imperialismo são muito mais profundas e extensas [...]”. Por isso, é tão necessário lutar contra os silenciamentos, os rastros (ou resíduos) e os estereótipos coloniais impostos, dos primórdios até os dias de hoje, os quais, também, a crítica “pós-colonialista” se ocupa em abordar, de modo especial, analisar, discutir e compreender seus efeitos nas construções de paradigmas canônicos e ideologias subjacentes.

Além do mais, para a escritora Castro (1995), o estereótipo que ronda a mulher negra perdura nas práticas sociais, visto que,

A utilização do estereótipo sobre a mulher negra tem origem no período colonial e atravessou o tempo, até os dias atuais, como um controle social a esta população, através de teorias, hoje, desmascaradas por vários segmentos das mesmas ciências que as defendem, não contribuindo, porém, para retirá-las das práticas (CASTRO, 1995, p. 42).

Desse modo, o estereótipo acaba sendo um “padrão” e passa a ser fixado à mulher negra, que perdura inclusive sob forma de um controle social (mantido, em grande medida, pelo sistema capitalista). Desta maneira, ainda, hoje, vemos resquícios de um pensamento em que a mulher negra fica reduzida à condição de força de trabalho e de objeto sexual (objetificação da mulher negra). Por isso, Ribeiro (2018) explicita que os estereótipos são:

Generalizações impostas aos grupos sociais específicos, geralmente, aqueles oprimidos. Numa sociedade machista, impõe-se a criação de papéis de gêneros como forma de manutenção de poder, negando-se humanidades às mulheres. Dizer, por exemplo, que mulheres são naturalmente materiais e que passam a mensagem de que o espaço público não é para elas. O mesmo ocorre com pessoas negras: a ideia de que toda negra sabe sambar ou de que todo negro é bom de bola (desde que não seja goleiro) são estereótipos que têm por finalidade nos manter no lugar que a sociedade racista determina (RIBEIRO, 2018, p. 32).

Nesse contexto, os estereótipos favorecem a manutenção de grupos minoritários em

determinados espaços historicamente impostos e que acaba, muitas vezes, implicando (e representando, seja na literatura, seja na estrutura social) um lugar de exclusão e de marginalização. Por isso, é tão importante nos atentarmos para as estruturas narrativas, percebendo as posições “estereotipadas” de negras e negros em perspectivas sociais. Como aponta Dalcastagnè (2017, p. 236) “personagens negras, assim, talvez ajudem leitores brancos a entender melhor o que é ser negro no Brasil e o que significa ser branco em uma sociedade racista”.

Já sobre as formas de silenciamentos de mulheres escritoras (negras ou não negras), de acordo com Muzart (2011), existem:

Duas maneiras de **silenciamento da produção das mulheres na história literária brasileira**: Uma é a exclusão pura e simples dessa participação; e a outra é construir ou alimentar mitos em torno das mulheres escritoras, como anjo/demônio, ou simplesmente ridicularizá-las, as *bas-bleus*, por exemplo. (MUZART, 2011, p. 178) [grifo nosso].

Nesse sentido, como aponta o autor, dizer que as mulheres se encontram em grupos minoritários não é nenhuma novidade, visto que, por séculos, o lugar das mulheres em uma sociedade patriarcal foi o de estar numa condição inferior, de invisibilidade ou de exclusão. Contudo, não podemos negar que a invisibilidade da mulher negra foi pior (e, infelizmente, muitas vezes, ainda é na nossa sociedade), pois, comumente lhe é restringido o direito ao seu “lugar” de fala, que, de acordo com Ribeiro (2017, p. 63), “[...] não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de **poder existir** [...]” [grifo nosso]. Assim, a mulher negra sofre e busca seu reconhecimento à existência digna.

Deste modo, o **lócus** social, restrito à margem ou à invisibilidade, nega a mulher negra a sua dignidade de ocupar lugares. Explicita Ribeiro (2017, p. 64) que “quando falamos de direito à existência digna e à voz, estamos falando de **lócus** social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência [...]”. Por isso, urge uma transformação social e de consciência, em vias de romper com os “estereótipos” impostos socialmente à mulher negra, para que ela alcance diferentes possibilidades de transcendência. Em consonância, Ribeiro (2019) aponta que:

Quando estudamos a história do Brasil, vemos como esses e outros dispositivos legais, estabelecidos durante e após a escravidão, contribuem para a manutenção da mentalidade “casa-grande e senzala” no país em que, **nas senzalas e nos quartos de empregada, a cor foi e é a negra** (RIBEIRO, 2019, p. 11) [grifo nosso].

Todavia, romper com essas mentalidades (ou os sistemas estruturais sociais de privilégios da “branquitude”) não é uma tarefa fácil, uma vez que vemos um racismo estrutural imperante, já

que “[...] o racismo é parte da estrutura social [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 52).

Também quanto ao racismo, Ribeiro (2019, p. 12) diz ser “[...] um sistema de opressões que nega direitos e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante”. Deste modo, diante desses “enraizamentos” internalizados durante séculos, temos que encontrar meios de combater e de desnaturalizar o racismo, bem como romper com os diferentes dispositivos de silenciamentos e de exclusão de negras e negros.

Ainda afirma Ribeiro (2019, p. 22) que “[...] a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornado o processo [literário ou não] ainda mais complexo.” Por isso, é tão importante divulgarmos a produção literária de mulheres negras como uma “[...] possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 7). O que abre espaço a uma pluralidade de vozes e de possibilidades literárias de autorias “não autorizadas” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 7) no espaço literário, de um modo geral, para os integrantes das classes “ditas” subalternas ou relegadas à subalternidade.

Como já mencionamos anteriormente, Maria Firmino dos Reis foi a primeira mulher negra a ter um livro publicado no Brasil, porém, a escritora não conseguiu obter seu merecido reconhecimento, pois a sociedade da época (escravocrata e de prevalência branca e masculina) não daria “lugar” ao sol a um livro publicado por uma mulher e negra: “É isso que permite avaliar quanto determinado grupo – dependendo de seu lugar na sociedade – sofre com obstáculos ou é autorizado e favorecido” (RIBEIRO, 2019, p. 35). Nesse mesmo direcionamento, Dalcastagnè (2012) fala o seguinte:

Uma vez que a opressão é tanto material quanto simbólico, podemos percebê-la, também, na própria literatura uma forma socialmente valorizada de discurso que elege quais grupos são dignos de praticá-la ou de se tornar seus objetos (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 176).

Assim, compreendemos que determinados grupos podem “praticar” a literatura e outros são “desautorizados” a fazê-la, já que a literatura também é um espaço privilegiado e de poder. Por isso, Dalcastagnè (2017, p. 236) defende que, “ao ingressarem nela [na literatura], os grupos marginalizados também estão exigindo o reconhecimento do valor de sua experiência na sociedade”.

Portanto, temos que levar em conta as representações sociais das personagens negras, verificando se elas modelam estereótipos ou se desapropriam deles. Para Muzart (2011),

Por meio da personagem Mãe Susana, a autora inaugura não um novo paradigma, mas um

modo diferenciado da representação até então existente. Nele, a autoria feminina e afro-identificada substitui o protagonismo da mulata pelo da negra. **Mãe Susana é negra e explica ao jovem escravo alforriado o verdadeiro sentido da liberdade [...]** (MUZART, 2011, p. 170-171) [grifo nosso].

Nessa perspectiva, o autor elucida que essa “autoria afro-identificada” rompe com os modelos estruturantes no romance do século XIX. Desse modo, destacamos essa visão inovadora e circunscrita de uma nova dinâmica e que se configura, principalmente, por registros da resistência de uma mulher negra escritora, disposta a abrir caminhos para trazer à tona raízes de (sua) uma memória ancestral (e de resistência), inscrevendo outros modos de identificação, os quais não foram praticamente incorporados à literatura nacional ou à tradição literária do século XIX.

Mesmo assim, como afirma Mendes (2016, p. 110), no Brasil, “a mulher escrava era encarada como objeto sexual, para satisfazer os desejos sexuais do patrão”. E, infelizmente, esse estereótipo da mulher negra como “objeto sexual” vai perdurar por muito tempo. Depois do Brasil escravocrata ou após o período colonial, como denuncia Ribeiro (2019, p. 25), muitas “[...] pessoas negras ficarão reduzidas a determinados estereótipos [...]”, e isso, nos dias de hoje, pode perpetuar dispositivos de violência, de opressão e de silenciamentos, de modo grave, contra a mulher negra.

Também, buscamos em Ribeiro (2018) o significado do termo mulata. Vejamos, a seguir, o que fala a autora:

A palavra, de origem espanhola, vem de “mula” ou “mulo”: aquilo que é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos da reprodução de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. Em outra acepção, é resultado da cópula do animal, considerado nobre (*equus caballus*), com o animal dito de segunda classe (*equus africanus asinus*). Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa para indicar mestiçagem, impureza, mistura imprópria, que não deveria existir. Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho (RIBEIRO, 2018, p. 82) [Itálico do original].

Como explicita Ribeiro (2018), esse termo carrega o peso do processo histórico de um modo disfórico, pois se trata de uma “palavra pejorativa”, além de carregar em si designações das violências sofridas pelas negras no Brasil do período colonial.

Podemos ainda citar dois exemplos de como a literatura trata a mulher negra. No livro “O Cortiço”, de Aluísio de Azevedo (1890), temos duas personagens negras, porém, são apresentadas de maneiras distintas. A primeira é Bertoleza, que é escrava de um velho cego e acaba se amigando com o português João Romão, como aponta Mathias (2014, p. 25) “[...] estereótipo da mulher negra escravizada, que é Bertoleza, trabalhadora, submissa, sem grandes pretensões, que cheira a peixe

[...]”. A segunda é Rita Baiana, a mulata sensual cobiçada por todos os homens, que, segundo Mathias (2014, p. 25), configura: “[...] estereótipo da mulata, cheirosa, objeto de desejo, prazer e intrigas [...]”. Desse modo, as mulheres negras na literatura, comumente, ficam reservadas as condições de escravas, de serviçais (posta em serviços domésticos) ou de “mulatas” (que são vistas de maneira sexualizada e de objetos sexuais).

Portanto, a narrativa firminiana, por meio de uma série de estratégias enunciativas, vai engendrar desmontes de opressão e violência, principalmente, por via da personagem negra mãe Susana. Afirma Mendes (2016, p. 115) que “Susana não é como as mulheres brancas, esposas da trama, vítimas de maridos, que derramaram lágrimas de impotência, por não conseguirem agir, mudar nada, nem serem ouvidas.” Assim, cremos que a personagem mãe Susana, como “alter ego” da própria autora, representa um lugar de resistência e de não silenciamentos.

Ainda em relação à literatura de mulheres negras, é possível perceber que a presença de autoras negras na escola, seja no livro didático de língua portuguesa (LDP) ou nas bibliotecas das escolas, normalmente, se restringe a poucas autoras (quando há). Como aponta Testa e Araújo (2019, p. 91), “[...] a ausência de autores e autoras negras dentro das instituições de ensino público (ou, pelo menos, em grande parte delas) no nosso país ainda é pouco questionada [...]”. Desse modo, o nosso sistema de educação parece ainda priorizar uma literatura masculina, branca e/ou canônica, uma vez que as leituras literárias ditas “obrigatórias” nas escolas são sempre voltadas a esse modelo de exclusão, como explicita muito bem Dalcastagnè (2017, p. 217) “[...] séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discursos.” Mostra-nos que o racismo estrutural tem possibilitado o afastamento e principalmente os silenciamentos que rondam a escrita e inserção de escritoras negras nas escolas.

Mas, essa situação não se limita ao Ensino fundamental e Médio das escolas brasileiras de ensino. Na obra intitulada “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2017), de Bell Hooks, a autora menciona o desmerecimento de suas obras no meio acadêmico, visto que “os estudantes de várias instituições acadêmicas reclamam que não podem incluir minhas obras como leituras obrigatórias para os exames de conclusão de curso porque seus professores não as consideram suficientemente eruditas” (HOOKS, 2017, p. 99). Desse modo, podemos dizer que o fato de Hooks (2017) ser feminista e negra já lhe tira o prestígio de ocupar determinados lugares, bem como o seu direito de ter suas obras consideradas e reconhecidas como acadêmico-científicas, retirando dessa importante estudiosa a consideração e a valorização que tanto merece. O

desmerecimento que a escritora encontra, torna-se uma das barreiras nesse cenário de silenciamentos, mais uma vez pode-se observar que o racismo estrutural abre caminho para que o negro seja visto como incapaz e/ou inferior.

3 - A POESIA QUILOMBOLA PELO OLHAR DA MULHER NEGRA

A partir da obra “Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares”, organizada, em 2016, por Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves e Rose Dayanne Santana, propomos a leitura de alguns poemas de mulheres quilombolas do Tocantins.

Para Gonçalves (2016, p. 6),

A mobilização e a luta destas comunidades sempre vão ser acompanhadas da beleza e da criatividade, expressão desse bem maior que se visa garantir a vida digna do povo quilombola, com a devida proteção de seu território e a preservação da cultura e identidade nacional (GONÇALVES, 2016, p. 6).

Nesse sentido, é necessário que esses espaços assegurem uma organização estrategicamente política e de resistência e que o sentido de ser “quilombo” ou quilombola seja ressignificado também pela expressão da poesia e especialmente da arte, para que essas vozes-mulheres possam ter o poder sobre sua história.

Deste modo, trazemos o poema “Ser Quilombola” (2016), de Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, atualmente, residente da comunidade quilombola “Povoado do Prata⁵”, que expressa o que é ser uma mulher quilombola. Vejamos o poema de Sousa (2016):

Ser Quilombola é ter orgulho
É assumir o pouco que tem
Assumir o cabelo torrado
E a pele negra também
Ser Quilombola é ter coragem
E amor no coração.

Ser Quilombola é não ter medo
De racismo ou exclusão
É olhar olho no olho
É assumir a sua identidade,
Respeitando as diferenças
No campo e na cidade.

Ser quilombola não é vergonha

⁵ Localizado na região Norte do Tocantins, na cidade de São Félix do Tocantins.

Ser quilombola não é defeito
Ser quilombola é não ter medo
De lutar por seus direitos
Isso não se resume
No simples ato de falar, às vezes é necessário
Até mesmo se calar.

Não adianta pele clara
Ou vermelho coração
Descendente de africano
Não se pode negar não
Orgulho de ser Brasil
Orgulho de ser jalapoeira
Orgulho de ser Quilombola
Quilombo povoado do Prata
Isso sim é ser Quilombola
Com orgulho e emoção
Não importa sua idade
Ser negro de coração (SOUSA, 2016, p. 13).

O poema de Sousa (2016) expressa (e implica) uma representação do que é ser uma mulher quilombola, evidenciando a força/resistência de uma quilombola. Sua voz ocupa o lugar da poeta-negra e explicita certamente as “muitas vozes” daqueles que, por muitos anos, foram silenciados. Nesse poema, vemos questões de gênero, de raça e de classe. Ser mulher e negra, em um país que, mesmo depois da escravidão, permanece sendo racista, é um desafio, pois vivemos na esteira do racismo estrutural. Por isso, é necessário destruir a senzala, tirar o chicote da mão dos senhores de engenho e dar liberdade pra quem deseja falar. Além disso, não poderíamos deixar de apontar que o verso 3 (“Assumir o cabelo **torrado**”, [grifo nosso]) é um exemplo forte de como os estereótipos impostos pela branquitude estão enraizados nos discursos (poéticos ou não), seja de brancos ou de negros, pois o cabelo ainda faz parte dos episódios de racismos do cotidiano, como elucida Kilomba (2019, p. 126), “até hoje é assim: muitas mulheres negras estão preocupadas com seus cabelos [...] Eu me pergunto o que é que incomoda tanto nos nossos cabelos [...]”.

Ademais, parte do verso 18 e todo o verso 19 (“[...] às vezes é necessário/Até mesmo *se calar*” [grifo nosso]), demonstram o quanto os grupos subalternos estão sujeitos aos silenciamentos. Assim, quem pode falar? Postula Kilomba (2019, p. 47) que “[...] a subalterna não pode, de fato, falar”. Logo, a mulher negra é confinada à posição de marginalidade e de silêncio que o pós-colonialismo prescreve. Por isso, precisamos compreender esses atos de fala dentro de uma sociedade racista e frente aos discursos dominantes dos brancos. Apesar disso, a poesia é uma forma de “desvio” dos silenciamentos, ela aproxima o leitor e colocar de lado a invisibilidade da mulher negra.

Ademais, a poesia traz saber e poder, e propõe reconhecimentos expressivos contra processos de repressão e de exclusão, bem como implica reconhecer o “desconhecido”. Têssia Gomes Carneiro (2020, p. 107) vem ressaltar sobre a visão que se tem da mulher quilombola, “A assunção da identidade de mulher quilombola combate o discurso negativo literário brasileiro em que a invisibilidade impera ou em que se apresenta a mulher negra como um corpo-objeto, sem o cuidado com que ela pensa ou sente.”

A poesia é uma “voz” que se faz, sobremodo, ouvir. Ela é (ou representa) pertencimento, como elucida Kilomba (2019, 42-43) “[...] aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertecem”. E aquelas/es que **não** são ouvidas/os se tornam aquelas/es que **não** pertecem” [Itálico do original]. Destarte, a poesia é uma voz de pertencimento, assina um direito à escritura e constrói um **lócus** de “torna-se sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Em outro poema, intitulado “Sou quem Eu sou” (2016), Laurenita Gualberto, quilombola da comunidade “Lajeado” (município de Dianópolis - TO), diz o seguinte:

Sou uma quilombola guerreira
Guerreira com muito amor
Não uso arma, nem tão pouco espada
No pensamento, carrego dor.

Negra de coração
Corajosa por herança
Amiga da liberdade
Com um coração de criança.
Negra e refugiada
Faço da resistência o meu escudo
Descendente de escravos
Meu quilombo é meu mundo.

Tenho fé e acredito
No resgate da identidade
Em meio a tantas lutas
No quilombo há felicidade (GUALBERTO, 2016, p. 19).

Nesse poema, vemos a força da ancestralidade “corajosa por herança”, os signos da luta e da resistência. Ainda que esses tragam “dor”, como em “[...] No pensamento, carrego dor”, a fé em busca da felicidade e do resgate da identidade são molas propulsoras para o “coração de criança”, que, “Em meio a tantas lutas”, resiste. Ser negra de coração é ser uma mulher guerreira e “Amiga da liberdade”.

A quilombola Katiana Dionizio de Santana, residente na comunidade “Chapada da Natividade”, em seu poema “Ser quilombola”, afirma poeticamente que:

Às vezes, inconscientemente, vamos dar a oportunidade de outras pessoas dizerem quem somos, então, meu caro, se auto-reconheça e mostre que não serão eles que irão te definir. Diga em alto e bom som que “SOU QUILOMBOLA” e essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica (SANTANA, 2016, p. 33).

Ao analisarmos o poema de Santana (2016), é importante destacar que o reconhecimento sobre si, é uma questão importantíssima para assegurar a identidade e a cultura negra. Quando a autora diz “serão *eles* que irão te definir” [grifo nosso], esse termo “eles” remete às construções sociais impostas pela branquitude, que, de certo modo, levam a silêncios impostos, por isso, é necessário sempre uma (re)afirmação constante da raça: “diga em alto e bom som que “**SOU QUILOMBOLA**” [grifo nosso] (sabemos que quando as palavras são grafadas em maiúscula, comumente, equivalem a um “grito”). Mas, lembremos que raça e gênero sempre interagem, são inseparáveis, especialmente, frente às relações de poder.

Entendemos dessa maneira que, a resistência, a evocação a uma voz “coletiva” e a recuperação de uma história a partir do próprio sujeito e não de outrem que o torne “objeto”, como afirma Kilomba (2019. p. 28), “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político”.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto trata da luta contra os estereótipos da mulher negra na sociedade e fala da resistência das escritoras negras, como defende Kilomba (2019, p. 28), “[...] escrever é um ato de descolonização, no qual quem escreve se opõe as posições coloniais, tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” [...]”. Por isso, apresentamos, mesmo que de modo breve, alguns aspectos da obra “Úrsula” (1859), de Maria Firmina do Reis e da poesia quilombola, pelo olhar da mulher negra. Assim, em nossas abordagens, tentamos examinar algumas situações relacionadas ao lugar de fala, a quebra dos silenciamentos impostos e a resistência da mulher negra escritora.

Destacamos, ainda, que é necessário desconstruir a forma como a mulher negra é vista, muitas vezes, como subalterna, pelos olhos do colonizador, principalmente, frente às estruturas de opressão, de exclusão ou de marginalização. Neste sentido, há, neste trabalho, uma reivindicação para que a mulher negra tenha seu lugar de fala reconhecido com dignidade e que ela não seja subalternizada ou invisibilizada. É nesses termos que Kilomba (2019) argumenta o conceito de

racismo genderizado “[...] para se referir à opressão racial sofrida por mulheres **negras** como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (KILOMBA, 2019, p. 99).

Deste modo, as nossas análises e reflexões demonstram a luta e a resistência da mulher negra, seja pelo olhar das quilombolas ou de outras escritoras negras, e as reivindicações recaem sobre o direito à escrita e à ruptura da manutenção dos silenciamentos. Portanto, o intuito deste trabalho é reiterar, juntamente a tantos outros textos com esta temática, a ideia de que as mulheres negras tenham suas vozes ouvidas, que a literatura seja um mecanismo para desconstrução de estereótipos (não reforçando-os) e que haja discursos contra hegemônicos, para que as mulheres negras cada vez mais ganhe voz/fale e produza conhecimentos e saberes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019, p. 52.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Juliana Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2017.

BENAVENTE, Lady Rojas; BOLAÑOS, Aimée G., org. **Voces negras de las Américas: diálogos contemporâneos = Vozes negras das Américas: diálogos contemporâneos**. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. 400p.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

CARNEIRO, Tércia Gomes. Mulheres e raça: Poetisas Quilombolas do Tocantins. In: XAUD, J. M.; LANDIM, L. P.; OLIVEIRA, R. B. R.; (Org.) Defensoria pública: reflexões sobre os direitos das mulheres. Revisão: Renato Deitos. – Brasília: ANADEP, 2020. Disponível em: [https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/45182/EBOOK_DIREITOS_MULHERES\(1\).pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/45182/EBOOK_DIREITOS_MULHERES(1).pdf). Acesso: 25 de Agosto de 2020.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginário**. INPSO – FUNDAJ, Recife, 1995. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203110837/quintas.pdf>> Acesso em: 08 de Novembro de 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA AGRÁRIA. **Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares**. Palmas, 2016. Disponível em <<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/20570>> Acesso: 06 de novembro de 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

EVARISTO, Conceição; SILVA, Denise Almeida. (Orgs). **Literatura, história, etnicidade e educação**: estudos nos contextos afro-brasileiros, africano e da diáspora africana. Frederico Westphalen: URI, 2011. 334p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MATHIAS, Adélia Regina da S., **Vozes femininas no “quilombo da literatura”**: a interface de gênero e raça nos Cadernos negros. 2014. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17188/1/2014_AdeliaReginadaSilvaMathias.pdf > Acesso em: 06 de novembro de 2019.

MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira**: revisitando o cânone. Lisboa: Chiado, 2016.

REIS, Maria Firmino dos. **Úrsula**. San’Luiç. Maranhão, 1859.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Submetido: 10/07/2021

Aceito: 10/12/2021